

**Projeto ultraliberal como nova forma de dependência
e a fuga para adiante da burguesia brasileira**

**Ultraliberal project as a new form of dependence
and the flight ahead of the Brazilian *bourgeoisie***

Samuel Costa Filho¹

Resumo: A visão da burguesia brasileira com caráter modernizador revolucionário na economia e nas relações sociais era hegemônica no Brasil dos anos 1980. Tomando como fio condutor a questão do papel da burguesia ao longo do desenvolvimento econômico do capitalismo brasileiro, o artigo defende que a adoção do modelo ultraliberal mantém o pacto conservador de saída sempre para adiante da burguesia nacional. Nesse sentido apresentar o histórico processo de submissão imposta, dependência consentida e, hoje, dependência desejada da economia nacional com relação aos capitais externos como revelador do real comportamento da nossa burguesia. Assim, o projeto ultraliberal mostra a nova ação das elites em favor de um projeto antinacional. Na batalha ideológica para implantação desse projeto a burguesia nacional contou com a colaboração dos intelectuais liberais e da imprensa com críticas a ação do Estado desenvolvimentista.

Palavras Chaves: Dependência. Projeto ultraliberal. Burguesia brasileira.

Abstract: The view of the Brazilian bourgeoisie with a revolutionary modernizing character in the economy and in social relations was hegemonic in Brazil in the 1980s. Taking as a guideline the question of the role of the bourgeoisie throughout the economic development of Brazilian capitalism, the article argues that the introduction of the ultraliberal model it maintains the conservative pact of exit always ahead of the national bourgeoisie. In this sense, to present the historic process of imposed submission, consented dependence and, today, desired dependence on the national economy in relation to foreign capital as revealing the real behavior of our bourgeoisie. Thus, the ultraliberal project shows the new action of the elites in favor of an anti-national project. In the ideological battle to implement this project, the national bourgeoisie counted on the collaboration of liberal intellectuals and the press, criticizing the action of the developmentalist state.

.Keywords: Dependence. Ultraliberal project. Brazilian *bourgeoisie*.

Artigo recebido em 24/6/2020. Aceito em 3/9/2020.

¹ Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: smcst9@gmail.com

Introdução

O sistema capitalista apresenta um caráter antagônico e contraditório de expansão. Esse capital possui caráter progressivo com elevada capacidade de superar limites. O capitalismo se caracteriza por sua impressionante dinâmica na atividade econômica provocando constante revolução nos padrões de produção e consumo. Nessa dinâmica, o sistema cria necessidades humanas cada vez mais supérfluas e deslocadas da simples necessidade de sobrevivência e reprodução do conjunto da população, modificando a cultura e os costumes na sociedade em prol da acumulação de capital. O capital revela ter essencialmente uma dinâmica de instabilidade e não de equilíbrio², com a existência do ciclo em que esses mecanismos são próprios da dinâmica dessas economias capitalistas, que nesses momentos supera suas contradições e cria um novo ciclo de crescimento.

O sistema capitalista tem o objetivo de acumular capital através da forma comercial, industrial ou financeira, com a expectativa de lucro determinada pelo tipo de investimento a ser realizado. No seu desenvolvimento, o capital busca moldar a sociedade e o Estado de acordo com a forma mais adequada às suas necessidades de acumulação. Nesse processo, acontece uma dinâmica política e conflituosa na sociedade com lutas de classe, luta por direitos sociais, segmentação das massas, diversidade de interesses que pode levar ou não a transformações sociais, que são incorporadas ao projeto de dominação dos grupos sociais no poder, sob a supervisão e controle do Estado. Nesse caminho, o capitalismo revela ser um sistema econômico concentrador de renda e poder.

A história da economia brasileira é a história do capitalismo³. No avanço do capitalismo no Brasil era esperado que a burguesia industrial brasileira apresentasse um caráter modernizador revolucionário na economia e nas relações sociais. Entre os anos de 1940 e 1970, foi hegemônica na perspectiva acadêmica a ideia de que as principais características da burguesia brasileira seriam uma mentalidade pré-capitalista e pouco

² Como apresentado por Marx, a crise é decorrente da tendência relativa à decrescente da taxa de lucro, crises de realização, resultado da desproporção entre os setores, crise de subconsumo, *etc.* (MARX, [Quarta edição, 1890], 1980).

³ A preocupação com a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil revela análise de grande vigor que vem dos anos 1930. Autores como Gilberto Freyre, Francisco José de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, cada um a sua maneira, apresentaram diferentes e relevantes contribuições para o entendimento do processo de constituição da sociedade brasileira.

vigor empreendedor. Assim, nos anos 1960 e 1970 predominava no pensamento político e social a perspectiva de que a burguesia não apresentava capacidade de liderar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. O protagonismo da burguesia industrial no desenvolvimento capitalista brasileiro e na modernização da sociedade passou a ganhar destaque somente no final dos anos 1970 e durante os anos 1980. Na década de 1990, ganhou destaque a ideia de permanência de um processo de modernização conservadora que foi viabilizado pelo pacto conservador das burguesias nacionais ao adotar as políticas neoliberais, que inviabilizam uma dinâmica endógena de desenvolvimento (CARDOSO, 1964; DINIZ, 1978; TAVARES; FIORI, 1996; FIORI, 2001).

Tomando como fio condutor o comportamento da burguesia nacional ao longo de desenvolvimento da economia brasileira, esse artigo questiona a conduta da burguesia na atualidade, que, com implantação de um projeto ultraliberal, mostra que essa apenas mantém o seu recorrente comportamento de associação e dependência, não preocupada com um desenvolvimento comandado em base nacional e que inclua a nação. Nesse sentido se apoia na literatura da Escola de Campinas e no pensamento da Economia Política Heterodoxo para justificar a crítica ao atual modelo econômico em execução.

Inserida no processo de acumulação primitiva com o pacto colonial, a economia brasileira avançou na produção de bens agrícolas e matérias-primas necessárias à reprodução do capital na fase de domínio do capital industrial mundial e, hoje, é parte constituinte do mercado global no processo de financeirização⁴ da economia, procurando se posicionar como plataforma de valorização do capital fictício. O Brasil sempre mostrou uma rápida e entusiástica capitulação dos grupos capitalistas nacionais em se aliar a liderança dos capitais externos, sempre difundindo essa atitude com um discurso de relações econômicas mutuamente vantajosas.

No Brasil se construiu uma sociedade de classes extremamente desigual. A reprodução e legitimação dessa sociedade ocorreram via criação de mitos baseados na ideologia da visão superficial e conservadora da burguesia, que operaram e orientaram a percepção do indivíduo, delimitando e impedindo a compreensão da realidade do

⁴ A financeirização é a expressão geral das formas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo globalizado em que o sistema bancário, os especuladores, investidores institucionais, fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras e grandes empresas e corporações tem em suas aplicações financeira dos lucros retidos e de caixa um elemento central do processo de acumulação de global da riqueza (BRAGA, 2000).

capitalismo brasileiro. Essa visão conservadora e superficial exclui a compreensão da realidade do capitalismo (principalmente na periferia) e criou uma compreensão fantasiosa de progresso e bem-estar para todos, via crescimento econômico. Ou seja, o mito do desenvolvimento econômico (SOUZA, 2019).

O professor Joao Manuel Cardoso de Mello (1984) periodizou a história e desenvolvimento capitalista no Brasil em fases como a Economia Colônia, Economia Mercantil-Escravista Nacional, Economia Exportadora Capitalista, Industrialização Restringida e Industrialização Pesada. Nela, mostra as complexas articulações dos determinantes internos e externos que desvelam a maneira como a economia brasileira estava subordinada ao desenvolvimento capitalista mundial.

Nos anos 1990, as condições de aprofundamento da internacionalização do capital e o avanço das ideias liberais⁵ estimularam as elites econômicas brasileiras a adotarem práticas econômicas condizentes com a nova forma de organização do processo de acumulação de capital em nível mundial de globalização financeira e da produção. Foram realizadas uma abertura comercial e uma liberalização financeira. A valorização dos capitais nacionais passou a depender ainda mais das decisões dos agentes econômicos externos e o capital nacional assumiu um papel ainda mais secundário na economia brasileira, perdendo cada vez mais as condições de gerar e condicionar os seus próprios espaços de valorização. Presenciou-se a execução de um projeto de crescente desnacionalização da economia que não se importa com a nação.

Esse fato revela não ser novidade no padrão de dominação social das elites brasileiras nas várias formas de inserção externa, ajustadas e adaptadas de acordo as necessidades e com o caráter cíclico da acumulação de capital comandada pelos países hegemônicos. Na atualidade, a formação de um pacto político ultraliberal⁶, composto pelos mais diversos segmentos das elites articulando diversos interesses ligados ao complexo agroexportador, setores do capital financeiro e capital industrial, realizam um processo de rearranjo nas relações com o capital internacional, que representa o aprofundando do caráter antinacional e socialmente excludente do modelo brasileiro, que elevará as gritantes desigualdades sociais do país.

⁵ Pensamento liberal no pós-guerra desdobrou-se em três linhas: i) a escola austríaca, liderada por Friedrich Hayek, o patrono de todo o pensamento neoliberal contemporâneo; ii) a escola de Chicago, do liberal monetarista Milton Friedman e da teoria do capital humano de Gery Becker; iii) a escola de Virgínia ou *Public Choice*, que tem em James Buchanan o seu principal nome.

⁶ Para Ricardo Gómez (*apud* Carvalho, 2005), existem quatro períodos na história do liberalismo: 1) o liberalismo clássico, de Adam Smith; 2) o liberalismo neoclássico, do século XIX; 3) o neoliberalismo da luta teórica de Friedrich Hayek e Milton Friedman; e, 4) o neoliberalismo “implantado” a partir do golpe militar de 1973, no Chile, cuja fase atual caracteriza-se pelo “extremismo teórico”, no qual a solução dos seus problemas “é sempre mais neoliberalismo” e que eu denomino de ultraliberalismo.

O presente artigo objetiva apresentar o avanço do projeto ultraliberal⁷ no Brasil, como nova forma da integração subalterna e dependente ao capital brasileiro em relação aos capitais externos, na constante fuga adiante na ordem global de financeirização da economia. Além da introdução, o artigo é composto de quatro pontos. O segundo ponto trata da questão da submissão, dependência e fuga para frente no processo de submissão imposta, submissão consentida e submissão desejada das burguesias brasileira. O terceiro item aborda a sociedade brasileira, o governo ultraliberal e a batalha ideológica em favor do projeto ultraliberal das elites brasileiras. Finaliza-se o artigo com as considerações finais.

1. Submissão, dependência e a constante fuga para frente

Nos países da periferia, o capitalismo não objetiva a formação de uma nação e muito menos de uma economia nacional⁸. Nessas sociedades periféricas do sistema capitalista tem-se uma dinâmica de viabilizar a riqueza de uma minoria privilegiada que, acima de tudo, atua para viabilizar a transferência do excedente para as nações hegemônicas⁹, via um processo de crescente integração da economia ao sistema capitalista mundial. Nesse processo, a dinâmica do capitalismo global é de permanente busca de novas oportunidades de inversões, ou seja, novas fronteiras de investimentos, como também da exploração da mão de obra barata, mantendo o controle sobre os recursos naturais não renováveis de que são crescentemente dependentes, impondo um processo irresponsável de degradação ambiental.

⁷ De acordo com Moraes (2001, p. 10), o “Novo Liberalismo” tem vários significados: 1) uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver o mundo; 2) movimento intelectual organizado, com centro de geração e programas de difusão e promoção de eventos; 3) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, e propagadas pelo mundo a partir das organizações Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁸ A dinâmica da economia capitalista é comandada pelo processo incessante de acumulação de capital que leva a concentração e centralização do capital. Esse processo decorre do objetivo de obtenção do lucro que sejam em países desenvolvidos ou nos países subdesenvolvidos. Assim, na periferia (caso do Brasil), as elites objetivam fazer negócios e aumentar sua riqueza, buscando crescimento econômico atrelado e associado ao capital externo e não a construção de uma economia nacional que inclua a nação, como pode ser visto em autores em Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Luís Carlos Bresser-Pereira, Paul Singer e Jessé de Souza.

⁹ Diz respeito ao uso e abuso de mão de obra barata da periferia. A política de subfaturamento e superfaturamento é uma prática utilizada pelas empresas multinacionais para transferência do excedente econômico da periferia (CAMPOS, 2016).

No capitalismo e na periferia do sistema, as elites econômicas não são e nem se mantêm coesas. Elas estão sempre em constante competição, defendendo ferrenhamente seus interesses, ao ponto de conspirar a favor ou contra o Estado nacional¹⁰ e contra a nação para vencer na competição capitalista. A geopolítica imperialista que vigora em nível de capitalismo global, coloca os países desenvolvidos (seus Estados, empresas, suas moedas, diplomacia e poderio militar) a serviço da conquista e manutenção de espaços de valorização de seus capitais na concorrência internacional (CARDOSO, 2020). O mercado internacional é controlado por grupos de empresas multinacionais, respaldado pelo discurso da ortodoxia liberal amparado pela teoria das vantagens comparativas, que com esse argumento representa uma teoria que justifica e serve de cobertura à dominação dos povos dos países da periferia pelos países imperialistas na dinâmica do sistema capitalista.

O sistema capitalista mundial é composto por um grupo de países com distintos graus de poder e autonomia nacional, em que as instituições internacionais e as regras institucionais são governadas pela lógica e controle dos países desenvolvidos. Esse sistema foi idealizado pelos estadunidenses e, em seu benefício, sob o controle da sua moeda e do seu poder militar, para fazer triunfar o capitalismo dos Estados Unidos da América, mantendo e tutelando o conjunto do sistema capitalista. Nesse processo de divisão internacional do trabalho, na periferia do sistema capitalista e, em especial no Brasil, os países hegemônicos contaram e contam com um poderoso aliado, as burguesias locais, não objetivando criar e constituir um sistema econômico nacional dotado de autonomia relativa e que incluía a nação.

A redução na margem de manobra e a abdicação dos capitalistas brasileiros e dos capitais dos países subdesenvolvidos em adotar políticas nacionais também são influenciadas pela expansão de cultura hegemônica estadunidense que cria uma dominação e dependência cultural que faz parte das nossas burguesias e penetra em toda a sociedade. As suas universidades, os principais meios de comunicação na televisão e nos jornais fabricam consensos e formam opinião distorcendo sistematicamente a realidade do capitalismo, espalhando o capitalismo estadunidense e a democracia liberal na periferia do sistema, que são assimiladas sem reflexão pelas demais classes sociais (FURTADO, 1981).

¹⁰ Estado refere-se aos mecanismos de controle político de um governo em determinado território ou país, ou seja, a reunião daquilo que é responsável por sua administração. E, a nação é constituída pelos cidadãos que se consideram parte de um coletivo que formam um povo, ou população que habita esse território.

Assim, o processo de constituição, evolução e desenvolvimento capitalista brasileiro nas suas principais etapas ocorre via processo de integração subalterna aos circuitos de valorização de capitais, com os capitais nacionais dependendo sempre das decisões dos agentes econômicos externos. A lógica foi e é sempre de estreitamento dos vínculos entre o capital nacional e o capital internacional, com elevação dos laços de dependência externa e crescente integração ao capitalismo internacional. Na sua participação na burguesia brasileira não constituiu as ideias, interesses, mentalidade de política objetivando a constituição de um desenvolvimento nacional para construção de uma sociedade com seus objetivos nacionais e mais igualitária. O capital nacional sempre se contentou em assumir um papel secundário nesse processo, mesmo no período de substituição de importações quando ficou a reboque do comando e direção dos capitais e empresas dos países desenvolvidos,

As burguesias no Brasil sempre apresentaram a característica de pouca identificação com um projeto de país. O modelo econômico brasileiro sempre foi altamente excludente, de tal forma que o elevado desemprego, subemprego, marginalização social, pobreza, grandes privações econômicas da população são características estruturais da nossa sociedade, o que ao longo do tempo agrava a questão da degradação social e eleva o risco de instabilidade social. Essa via impede a formação de um pacto social favorável ao bem-estar da população e provimento pelo Estado de políticas sociais e a construção de um desenvolvimento socioeconômico menos excludente compatível com os interesses da coletividade como um todo (NEVES, 2020).

No Brasil sempre ocorreu uma rápida e entusiástica aceitação dos grupos capitalistas nacionais à liderança dos capitais externos, difundindo um discurso de relações econômicas mutuamente vantajosas. O ultraliberalismo brasileiro não objetiva o controle do processo de desenvolvimento, e combate qualquer ação do Estado de apoio ao desenvolvimento. Hoje a elite executa uma política de formação de um Estado mínimo¹¹. O Estado como instrumento diretor e coordenador das atividades econômicas com interesse na coletividade nacional é ferozmente combatido. A concepção de interesse nacional é apresentada à sociedade como decorrente do ingresso dos capitais externos, encobrindo que o avanço desse processo eleva o controle da economia

¹¹ “Estado Mínimo”, que deve cuidar apenas da segurança, educação, saúde e de algumas poucas coisas, mas deixando as atividades produtivas nas mãos da iniciativa privada. O Estado não deve interferir na esfera particular, e os indivíduos vivem em liberdade, segurança e desfrutando dos benefícios da propriedade privada.

brasileira pelos grupos estrangeiros. Os ricos e privilegiados apresentam uma ação convergente e interessada de não apenas manter, mas também de ampliar os laços de dependência e submissão ao capital externo na sua constante fuga para diante.

A característica mais marcante do modelo capitalista brasileiro é sua tendência estrutural de excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico (FURTADO, 1981). O ultraliberalismo é a forma moderna dos grupos dominantes de suprimir todas as formas de oposição que esse sistema antissocial dissemina. Os ricos brasileiros legitimam os seus privilégios em uma ideologia particularista camuflando os seus interesses e que é absorvida pela sociedade, via discurso culpando uma parcela do Estado que se corrompe e uma política negligente como os responsáveis pelas mazelas da sociedade brasileira. Procuram encobrir o seu desinteresse pela construção da nação, em que a burguesia nacional prospera utilizando o Estado em proveito próprio. As alianças de classes e grupo sociais da burguesia agrária, comercial, industrial e financeira com a burocracia estatal desenvolvem um projeto deliberadamente concebido procurando adequar o sistema econômico nacional aos interesses e atividades do sistema econômico internacional.

O capital nacional, dado o processo de intensificação, atrelamento e dependência ao capital internacional, fez com que a economia brasileira tivesse crescente vulnerabilidade externa. Este processo de submissão e dependência não era mera condição e acidente, mas um processo deliberado de empreendimento das nossas elites por serem a elas mais lucrativas – um caminho rápido e seguro, dada sua mentalidade imediatista e espoliativa. Assim, a constituição e o desenvolvimento econômico nacional progressivamente foram conduzidos por forças sociais e grupos de interesses favoráveis à associação submissa e dependente, cujos interesses e influências estavam relacionados à ampliação do comando da dinâmica da economia do país ao domínio do capital internacional (MACHADO, 2002).

A lógica desse desenvolvimento econômico revelou que o desenvolvimento econômico brasileiro nunca conseguiu se constituir nas bases autônomas, em que as etapas centrais do circuito de valorização do capital fossem controladas pelos capitais locais e obedecendo aos desígnios do interesse nacional. A capitulação das burguesias nacionais frente ao imperialismo levou à incapacidade de controlar endogenamente a incorporação e difusão do progresso técnico dentro do país. Não ocorrendo no Brasil, como esperava a esquerda, uma revolução burguesa na defesa da nação e contra o atraso buscando autonomizar-se em relação ao imperialismo. Entre as opções e aspirações

nacionalistas e o crescimento econômico, a opção da burguesia foi sempre buscar o crescimento econômico atrelado e associado ao capital externo. Sem tirar a razão que a questão da problemática da exclusão social no país só pode ser realizada sobre o desenvolvimento nacional alicerçado em bases democráticas.

No período do Pacto Colonial ou de Dependência Colonial na teoria da dependência¹², aconteceu uma dependência imposta ao Brasil que surgiu como organização da economia colonial que tem a função de servir como instrumento de acumulação primitiva de capital¹³, com a apropriação e controle do excedente dessa economia pela burguesia comercial metropolitana e inglesa. A organização das atividades econômicas no país tinha na exportação de produtos primários, sob o comando agrário-exportador, total dependência e subordinação em relação ao capital externo, que dominava as atividades comerciais, bancárias, o controle das exportações e importações.

Durante o período Primário-Exportador, nas décadas finais dos séculos XIX e iniciais do século XX, no Brasil continuou a dominação do “desenvolvimento para fora” (conforme terminologia Cepalina¹⁴), mantendo a especialização na produção agrícola a preços baixos e fornecendo matérias-primas em larga escala para produção industrial voltada para exportação¹⁵. O capital mercantil nacional ficou restrito aos negócios de financiamentos na área de infraestrutura de transporte, armazenamento, comercialização e negócios voltados para importação de sofisticados produtos importados. O setor exportador era o centro dinâmico da economia e as exportações eram o único componente autônomo de crescimento da renda. Essa posição subordinada e a dependência da economia brasileira na economia mundial capitalista não levou à constituição de forças internas produtivas capitalistas.

A partir dos anos 1930, no Modelo de Substituição de Importações da economia brasileira, a dinâmica de desenvolvimento passa “para dentro” (segundo a terminologia Cepalina¹⁶) e ocorre o período de dependência consentida. Foi a fase de industrialização

¹² Economia Mercantil Escravista Colonial, articulando elementos internos e externos subordinados à dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial.

¹³ Produção mercantil e trabalho escravo reinventado para estimular a transição do feudalismo para o capitalismo (MELLO, 1984).

¹⁴ Na etapa do desenvolvimento para fora, o comando do seu crescimento econômico da nação depende dos estímulos recebidos e do vigor da demanda dos países do centro do capitalismo. Na vertente da teoria da dependência, a terminologia é dependência primário-exportadora (MELLO, 1984).

¹⁵ Economia Exportadora Capitalista e constituição de uma Economia Mercantil Escravista Cafeeira Nacional sobre domínio do capital mercantil

¹⁶ O centro dinâmico da economia se desloca para dentro da nação, e esta passa a comandar a si própria.

retardatária que, entre 1933 e 1955, apresentou um processo de industrialização restringida¹⁷ e de 1956 a 1961 passou a ser processo de industrialização pesada, com investimento e implantação dos setores de bens de produção e bens de consumo duráveis. Esse novo padrão de acumulação constituiu uma dinâmica de acumulação especificamente capitalista. Nessa fase tem início a etapa de estímulo à industrialização com a constituição de um núcleo industrial interno através do planejamento estatal, tendo no Estado como ator central deste processo, via criação de empresas estatais e aórgãos de planejamento fomentando e dirigindo o processo de crescimento econômico do país, além de procurar conciliar o interesse dos diferentes grupos sociais.

O modelo de substituição de importações manteve o aprofundamento da internacionalização da estrutura produtiva nacional, com os setores de bens duráveis, bens de capital e bens intermediários procurando atender a uma demanda pré-existente das classes burguesas nacionais, na linha e nos padrões de consumo vigentes nos países desenvolvidos e sem que o consumo das classes trabalhadoras desempenhasse papel significativo para esta indústria. A economia brasileira se especializou e manteve duas esferas de consumo: a das classes altas com os setores médios e a das classes subalternas com o restante da população que não foram incluídas no mercado, tendo na sua dinâmica o comando dos grandes oligopólios internacionais à frente da expansão econômica. O modelo não conduziu a progressivos ganhos de autonomia do desenvolvimento econômico nacional.

O modelo de substituição de importações decorreu de um período histórico específico que abriu uma brecha ou oportunidade, criando a ilusão da possibilidade de uma política de desenvolvimento nacional em países da periferia do capitalismo na América Latina. Entre as décadas de 50 e 80, o projeto nacional desenvolvimentista contava com intervenção estatal e protecionismo, com um programa de ação deliberado de indução e modernização via industrialização objetivando superar o atraso econômico da especialização primária apoiada e sob a influência de forças sociais relacionadas à defesa do desenvolvimento econômico alicerçados em bases nacionais, mas que foi comandado pelo grande capital internacional e a economia brasileira continuou na sua linha de submissão e dependência, só que agora consentida.

¹⁷ Restringida porque as bases técnicas e financeiras de acumulação não permitiam a implantação do núcleo da indústria de bens de produção, com aparência de autonomia econômica pelo papel assumido pelo Estado com um “Projeto Nacional de Desenvolvimento” (MELLO, 1984).

O projeto desenvolvimentista foi estimulado pelo Estado coordenador, planejador, financiador do investimento, investidor na infraestrutura de transporte e telecomunicações e na produção direta de insumos, além de incentivar os capitais privados com políticas fiscais monetárias e com proteção através de tarifas alfandegárias de reserva de mercado. As empresas de capital privado nacional atuavam nos setores de bens de consumo na indústria de construção civil, produção intermediária, nas áreas de papel e celulose. Existia um processo de convivência pacífica entre o capital nacional e o capital externo, ficando a burguesia nacional em posição secundária e as empresas estrangeiras comandando os setores dinâmicos da indústria de transformação (MACHADO, 2002). Tratava-se de um modelo subordinado e consentido de desenvolvimento de natureza excludente.

A crise desse modelo nos anos 1980 redundou na chamada “década perdida”. A década de 1990 presenciou a mudança e aprofundamento da submissão, subordinação, dependência e “fuga sempre para frente¹⁸” do capitalismo brasileiro, agora uma submissão desejada pela via da integração ao capitalismo financeiro globalizado. Os capitalistas nacionais se subordinaram ao interesse do capital financeiro num processo de convivência pacífica, harmoniosa e passiva via retirada das limitações à atividade do capital estrangeiro, estimulando e expandindo o processo de valorização financeira e financeirização da riqueza com a utilização da dívida pública do Estado nacional como lastro da acumulação financeira. Nesse processo de submissão desejada, novamente a burguesia nacional abdicou da alternativa de criar um projeto para incluir a nação, com elemento necessário para impulso de uma dinâmica própria de crescimento em bases nacionais. Desse modo, a política econômica se voltou para atender aos interesses do capital financeiro, que mantém e aprofunda as relações de dependência e tornado incompatível o crescimento e desenvolvimento da economia nacional com inclusão da nação.

Diante da deterioração das condições econômicas, cresceu a insatisfação das elites políticas, intelectuais e técnicas brasileiras com o modelo desenvolvimentista. Esse modelo passou a não mais atender aos interesses das elites locais e muito menos

¹⁸ “A análise histórica, sobre o comportamento ou forma de atuação de nossas elites, permite concluir que, nos momentos decisivos das transformações socioeconômicas do país, faz-se recorrentemente a opção pela associação com o capital externo, porém sempre sob nova roupagem. Enfim, verifica-se, em diferentes períodos, a associação com o capital externo, no entanto, recorre-se ao uso de diferentes mecanismos econômicos, o que não poderia ser diferente, já que os distintos contextos mundiais exigiam novos métodos de associação com o capital externo que fossem capazes de melhorar a eficácia e os rendimentos da estratégia associativa, tanto para os segmentos sociais nacionais, como para grupos externos” (MACHADO, 2020, p. 75-76).

aos interesses do grande capital internacional, provocando o fortalecimento dos setores e interesses das elites liberalizantes e o recuo das forças sociais progressistas e das camadas populares. O Estado¹⁹ passou a ser atacado, sendo apresentado como burocrático, corrompido, lento, ineficiente e desnecessário. A crise dos anos 1980 identifica o Estado brasileiro como a origem de todos os males econômicos que assolam a economia. Os liberais negam todo o legado deixado pela contribuição fundamental do Estado no impulso da industrialização do país. O Estado desenvolvimentista, passa a ser totalmente desmantelado com a privatização das empresas nacionais que possuíam ativos produtivos e investimentos maduros e rentáveis passíveis de ser transacionada e altamente atrativa à iniciativa privada nacional e internacional.

Uma agenda econômica liberal consolidada pelos organismos multilaterais (Banco Mundial e FMI à frente), conhecida como Consenso de Washington, apresentou a nova proposta “reformista” de privatização, abertura comercial, liberalização financeira cambial e austeridade fiscal para crescimento econômico dos países da América Latina²⁰. Nesse contexto, a burguesia brasileira iniciou um projeto visando novamente se associar aos investimentos externos e levando a uma inflexão da orientação do desenvolvimento consoante às exigências da comunidade internacional. O estreitamento das relações econômicas com o grande capital oligopolista internacional e financeiro é, cada vez mais, enaltecido no processo de valorização de capitais locais alargando os vínculos com o capital internacional.

A agenda neoliberal passou a comandar as reformas estruturais no capitalismo brasileiro reduzindo o papel do Estado, realizando a abertura comercial e a liberalização financeira, partindo da ideia da primazia do mercado e na defesa de Estado Mínimo. O

¹⁹ A *Public Choice* procurou salientar que o intervencionismo estatal propicia “situações de renda” – *rent-seeking*. Segundo a escola de Virgínia nos Estados Unidos, capitaneada por James Buchanan e Gordon Tullock, existem posições na sociedade que permitem a um indivíduo, empresa ou grupo capturar vantagens superiores àquelas que obteriam no mercado. Essas vantagens são posições favorecidas por artifícios legais que provocam dois males: i) os agentes investem seus esforços mais na busca de privilégios do que em aumentar o produto global; ii) os tomadores de decisão na administração pública seriam ofertadores de rendas em troca de benéficos monetários ou apoio político. Esses procedimentos levam a resultados ilógicos (circulares ou caóticos), perversos (produzem o oposto do que se busca), injustos (provocam confiscos e rapinas) e ineficientes (a legislação torna artificialmente rentáveis certas atividades). O resultado da intervenção estatal é uma sociedade de soma negativa, ou seja, uma sociedade que anda para trás.

²⁰ “Desde o início da época neoliberal, houve um processo de anexação das economias periféricas. Este processo foi realizado – dentre outros – por meio de instrumentos criados a partir de Bretton Woods (1944), como Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, os tratados de livre comércio, a dívida externa, as especulações com moedas no Sul e todos os tipos de operações financeiras e especulativas, além das práticas já existentes de subvalorização das importações do sul e de sobrevalorização das exportações do Norte.” (DIERCKXSENS, 2010, p.18).

discurso da burguesia afirma que o mercado via sistema de preços reflete a produtividade dos fatores e as preferências dos consumidores, representa o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos e, ao Estado, caberia apenas criar um ambiente institucional e jurídico favorável à livre atuação dos agentes econômicos. O Estado deve garantir o bom funcionamento e a estabilidade de preços, somente intervindo para reformar o regime institucional que impede o bom funcionamento do mercado. O modelo neoliberal abdica e repudia qualquer política ativa de favorecimento aos produtores nacionais e estabelece uma nova forma de inserção externa.

O Estado brasileiro passou a estimular o processo de globalização financeira e garantir a estabilidade e a continuidade do processo de financeirização da riqueza. E, muito embora, os grupos da associação desejada afirmem o contrário, trata-se de um modelo insuficiente para promover o desenvolvimento no Brasil. As práticas de política econômica que mantêm a economia estável e possibilita a estabilidade macroeconômica são incapazes de impulsionar o crescimento econômico, mantendo as taxas de crescimento muito baixas, devido à necessidade do modelo de juros elevados e câmbio valorizado (RESENDE, 2019). O papel do Estado transforma a ação estatal e visa primordialmente às ações nas esferas monetárias e de valorização fictícia do capital reduzindo seu poder de regular a economia e influir na taxa de investimento, como também busca reduzir sua atuação social ao criar novas formas de atuação econômica compatíveis com o novo processo de acumulação.

Uma ampla coalizão de diferentes segmentos das elites nacionais, composta pelos setores tradicionais agroexportadores, setores modernos relacionados ao capital financeiro e industrial renunciam a qualquer pretensão de liderar um processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, os segmentos sociais que ocupam posições econômicas centrais criaram um ambiente propício à adoção das propostas neoliberais e estimula o processo de submissão desejada.

Assim, a articulação das classes sociais da elite apresenta um comportamento histórico e sempre procura aprofundar as relações de associação e subordinação com o capital internacional. Nesse processo, o novo contexto internacional específico neoliberal não foi diferente. Para nossas elites, a problemática do desenvolvimento nacional sempre se reduz ao acesso a novas tecnologias e a forma de inserção externa que possibilite novo fluxo de capitais internacionais (MACHADO, 2002).

As condições dos anos 1990 e a política de submissão desejada da burguesia nacional levaram ao aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, fazendo com que a valorização dos capitais nacionais dependa ainda mais das decisões dos agentes econômicos externos. O capital nacional procurou novamente se manter em um papel secundário. As elites econômicas brasileiras são estimuladas a adotarem práticas e políticas econômicas condizentes com a nova forma de organização do processo de acumulação de capital em nível mundial de globalização financeira e da produção. Assim, novamente as burguesias brasileiras abdicam e perdem cada vez mais as condições de procurar gerar as condições dos seus próprios espaços de valorização, viabilizando o processo de crescente desnacionalização da economia, levando a uma elevação no poder das finanças sobre a sociedade, o Estado e a economia brasileira.

O atual padrão de dominação social das elites brasileiras de ajustamento à inserção externa é possibilitado pela formação do pacto político entre os mais diversos segmentos das elites, de acordo com o caráter da acumulação de capital comandada pelos países desenvolvidos. Esse pacto é formado pela articulação de diversos interesses ligados ao complexo agroexportador, setores do capital financeiro e capital industrial, para viabilizar um rearranjo no processo de subordinação do complexo capitalista industrial, financeiro, comercial e agrário nacional com relação ao mercado internacional. É a implementação de um modelo de caráter antinacional e socialmente excludente que aprofundou as desigualdades.

2 O governo ultraliberal e a batalha ideológica em favor do projeto das elites

O estabelecimento da nova forma de relacionamento com o capital internacional é fruto da mentalidade das burguesias brasileiras sempre interessadas na busca de formas de cooperação com o capital externo. Essa característica determina as trajetórias econômicas do Brasil, com um projeto econômico que diverge dos reais interesses da nação, em que o capital financeiro comanda todo o processo. Os fatores externos contribuíram e levaram à adaptação, transformação e inserção desejada nessa nova fase de globalização financeira.

A burguesia usa a grande imprensa, que procura sistematicamente distorcer a percepção dos problemas econômicos e sociais do Brasil. A imprensa impede a existência de debate e de pluralidade de alternativas, perspectiva e de opinião na

sociedade brasileira ao conduzir e controlar o conteúdo econômico que a sociedade tem acesso, impedindo os debates, expurgando os nomes de economistas e outros profissionais críticos e independentes, sempre selecionando e convocando os intelectuais e economistas conservadores para debaterem as questões relevantes (BATISTA JR., 2020). Nessa linha, os principais meios de comunicação do país produzem uma falsa ideia de homogeneidade de pensamento econômico e em conformidade com os interesses do capital financeiro, passando uma visão parcial e interesseira sobre a realidade econômica, fraudando sistematicamente a forma com a sociedade deveria entender as questões (SOUZA, 2016).

Nesse sentido, o pensamento (quase que) único da ortodoxia – hegemônico e homogêneo – construiu um consenso e suas ideias são assimiladas pela sociedade sem que esta tenha possibilidade de refletir a respeito das políticas econômicas do interesse do financismo. Os indivíduos são impedidos de poder avaliar as opiniões alternativas e formar um julgamento próprio e autônomo do que é melhor para o futuro da nação. Esse consenso joga todos os defeitos do capitalismo brasileiro no colo do Estado e dos políticos, procurando criar as condições para atrair o capital financeiro e investidores externos via plena liberdade privada de acumulação.

O estabelecimento dessa nova forma de relacionamento com o capital internacional é fruto da mentalidade das elites econômicas brasileiras, interessadas na busca de formas de cooperação com o capital externo. Essa atitude faz parte da trajetória econômica do Brasil, sempre executando um projeto econômico que diverge dos interesses da nação e na atualidade tem no capital financeiro o comando desse processo. Esse fato foi também estimulado por fatores externos que obrigaram a adaptação das transformações da economia brasileira na lógica da economia mundial em sua nova fase de globalização financeira.

Não é sem razão a degradação social que o Brasil vem sofrendo desde 2016. É o resultado do retorno do projeto ultraliberal em execução no país, por meio de um governo que não tem interesse em promover o desenvolvimento nacional e a melhora da vida do povo brasileiro. É a versão entreguista-cosmopolita de aceitação passiva, subordinada e desejada da liderança americana. A burguesia nacional e parte da sociedade não são tomadas pela vergonha, aversão ou rejeição ao governo Jair Bolsonaro, que representa o que há de mais nefasto, autoritário e inescrupuloso no sistema político brasileiro.

Na batalha ideológica, os ultraliberais componentes desse governo avançaram para desqualificação da ciência, procurando rescrever a história do Brasil, tecendo crítica à cultura progressista herdada da geração anterior, aplicando uma política de dominância do anti-intelectualismo. A proposta de escola sem partido e os ataques à universidade pública objetivam impedir que a educação e ciência apresentem à sociedade seu real problema, possibilitando a lavagem cerebral da juventude com o discurso ultraliberal. Todo discurso procura alterar valores, paradigmas, instituições e a história para consolidação da dominância pacífica dos ricos sobre a nação e, desse modo, reduzir o potencial de luta e da democracia na sociedade. A sociedade brasileira acomodada possibilitou o avanço dos radicais de direita no executivo, no jornalismo, nos quadros do judiciário e na política que hoje fazem parte da grande maioria da composição do congresso nacional.

Nos últimos quarenta anos, a batalha ideológica em defesa do liberalismo financeiro procurou forjar o consenso ultraliberal via mídia televisiva, grandes jornais e revistas em defesa dos negócios e do consenso do atraso. Esta opção objetiva encobrir as repercussões e as implicações sociais dessa nova forma de exploração. O seu significado mais profundo é a dominação da classe ociosa e improdutiva dos rentistas. O projeto ultraliberal foi rejeitado pelas urnas nas quatro últimas eleições e somente retornou via golpe contra a democracia (SOUZA, 2016). A última eleição deu ares de “legitimidade²¹” democrática ao que há de pior na sociedade, com a eleição de um congresso e executivo que viabilizam a implementação de um projeto antinacional encobrendo as repercussões e as implicações sociais dessa nova forma de dominação da sociedade.

Os principais meios de comunicação utilizam política e a prática de “lavagem cerebral” atacando constantemente a suposta ineficiência da administração pública, peso excessivo do Estado, “privilégios dos funcionários públicos” e a elevada carga tributária. A grande mídia conservadora, apoiada em um poder unilateral, realizou política de desinformação e desqualificação, criminalizando as políticas sociais, os movimentos sociais e o Estado. O discurso apresentado pela mídia tratou os funcionários do governo como absenteístas, ineficientes e inúteis, propondo a redução nos gastos de custeio (SOUZA, 2019).

²¹ O processo eleitoral deu falsa impressão e legitimidade à democracia. Todavia, como mostram Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as Democracias Morrem* (2018), a mudança das regras do jogo é uma maneira de dar ares de democracia (impedir que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva concorresse) quando na verdade está matando justamente a democracia.

Desse modo, só é possível compreender a situação vivida hoje no Brasil se se entender que o projeto executado pela burguesia nacional viabilizou o golpe contra a nação e contra a democracia (com ares de legitimidade), com o retorno do ultraliberalismo, em uma face muito mais autoritária e cruel. A última eleição “democrática” viabilizou a eleição da retaguarda e defensores do conservadorismo mais atrasado, que procura avançar sem se importar em deixar ruínas no seu caminho²².

As elites, com forte apoio da imprensa e do judiciário viabilizaram a eleição de um governo sem preparo intelectual e ético para governar o país. A equipe de ministros prima pela falta de respeito com a coisa pública. O presidente apresenta um festival constrangedor que abusa das palavras de desrespeito, autoritarismo e crueldade contra a nação. No que diz respeito à área econômica, salta aos olhos o baixíssimo nível de toda sua equipe, com um terraplanismo econômico estarrecedor²³.

Essa tragédia brasileira é uma característica desse país. A abnegação impiedosa das nossas elites, econômica, política e jurídica tem origem no sistema escravocrata colonial. Desde a Proclamação da República os períodos de democracia são exceções nesse país. O mais comum são governos autoritários e regimes ditatoriais militares, em que o último foi bastante sanguinário e durou de 1964 a 1985. Nesse período histórico, a sociedade aparece como uma fábrica de privilégios.

Nossas elites econômicas, políticas e jurídicas convivem bem com o autoritarismo e o arbítrio, desde que essa situação viabilize o projeto de fazer negócio e ganhar dinheiro para os ricos desse país. Colabora nesse processo o passado escravocrata, que está na raiz das nossas elites econômicas, não existindo um projeto nacional para incluir a nação. Estes pensam o Brasil como uma oportunidade para fazer negócios, mesmo que marginalizando o povo e disseminando a marginalidade, junto com todas as formas de contravenções e a criminalidade que imperam na sociedade brasileira nos últimos quarenta anos. Para combater essa revolta da sociedade utilizam a expansão do aparato militar repressor, que procura ocupar espaços nessa sociedade permitindo que grupos muito específicos ganhem muito dinheiro, prestígio e poder.

²² O editor-executivo do jornal Valor Econômico, Pedro Cafardo afirmou: “Está claro que a escolha do presidente foi responsabilidade das elites brasileiras, do agronegócio à indústria, passando evidentemente pelo setor financeiro. Não há clichê esquerdista algum nessa afirmação que usa a palavra ‘elites’. Foram, sim, os mais ricos e teoricamente bem informados que elegeram ou trabalharam com mãos e mentes pela eleição do atual presidente.” “Precisam agora fazer *mea culpa*”, diz em outro trecho (CONVERSA AFIADA, 2020).

²³ “Parece-me Laura, mais *aggiornata*. Lê em Milton Friedman, Chicago que nunca será entendido por Guedes, falando sobre o imposto de renda negativo, e o Estado, mesmo que mínimo (?), oferecendo menos funções e serviços em troca de dinheiro. Cada um se vira, forma universal, mesmo que sem enquadramento e direitos básicos de subsistência” (DAHER, 2020).

Considerações finais

Entre as décadas de 1940 e 1960 era hegemônica na academia a visão do papel da burguesia apresentar uma mentalidade pré-capitalista e pouco empreendedora. Foi somente no final dos anos 1970 e na década de 1980 que o protagonismo da burguesia industrial no desenvolvimento capitalista brasileiro passou a ganhar destaque. Entretanto, na década de 1990, a tese de permanência de um processo de modernização conservadora das burguesias nacionais reaparece dada a adoção das políticas neoliberais pelo Brasil.

Ao longo desse artigo procurou-se apresentar a história da economia brasileira em um processo de submissão, dependência e a constante fuga para frente como prática das burguesias brasileiras de associação com o capital externo. Nesse sentido, as elites sempre utilizam a dinâmica da economia brasileira para benefício dos negócios, sem objetivar a construção de um projeto verdadeiramente nacional. Diferente do esperado pelos cientistas progressistas, a história econômica do Brasil mostra que a burguesia nacional nunca apresentou papel revolucionário.

Na época colonial, época da submissão imposta pela metrópole, era impossível uma política dessa envergadura. Todavia, no período de industrialização substitutiva de importações, as elites brasileiras preferiram a prática de submissão consentida e abdicaram do comando e da construção de projeto nacional que incluísse a nação. Na atualidade, o projeto ultraliberal revela ser um período de submissão desejada, com a aliança do capital nacional com o capital financeiro internacional na sua prática de fuga para diante de submissão e dependência ao capital externo. É um modelo que vai aprofundar um projeto antinacional e de exclusão da população.

Esse projeto ultraliberal no Brasil apresenta uma nova forma de associação das elites nacionais com o capital financeiro internacional. Nesse processo, a burguesia brasileira novamente não objetiva o controle do processo de desenvolvimento, combatendo inclusive qualquer ação do Estado de apoio ao desenvolvimento nacional. O Estado como instrumento diretor e coordenador das atividades econômicas com interesse na coletividade nacional é ferozmente combatido. A concepção de interesse nacional apresentada à sociedade é decorrente do ingresso dos capitais externos, encobrindo que o avanço desse processo eleva o controle da economia brasileira pelos grupos estrangeiros. Nesse processo, os ricos e privilegiados apresentam uma ação convergente e interessada de não apenas manter, mas também de ampliar os laços de dependência, submissão ao capital externo na sua constante fuga para diante.

O ultraliberalismo representa a forma moderna dos grupos dominantes de suprimir todas as formas de oposição que esse sistema antissocial dissemina. Os ricos brasileiros legitimam os seus privilégios em uma ideologia particularista camuflando os seus interesses que acabam sendo absorvidos pela sociedade, via discurso, culpando o Estado e os políticos como os responsáveis pelas mazelas da sociedade brasileira. Procuram encobrir o seu desinteresse pela construção da nação e, mais ainda, o de uma burguesia nacional que prospera utilizando o Estado em proveito próprio. As alianças de classes e grupo sociais da burguesia agrária, comercial, industrial e financeira e da burocracia estatal desenvolvem um projeto deliberadamente concebido procurando adequar o sistema econômico nacional aos interesses e atividades do sistema econômico internacional.

Referências

BATISTA JR. P. N. **Debate econômico em tempos de crise: manipulação e falsa pluralidade.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/debate-economico-em-tempos-de-crise-manipulacao-e-falsa-pluralidade/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRAGA, J. C. S. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo.** Campinas: IE/Unicamp, 2000.

CAMPOS, F. A. Florestan Fernandes e capital internacional: uma abordagem sobre o complexo multinacional e a ‘Lei de Remessas de Lucro’ (1956-1973). Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. *In:* 44º Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu/PR no período de 13 a 16/12/2016. Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro/submissao >file](http://www.anpec.org.br/encontro/submissao/file)>. Acesso em 26 jul. 2020.

CARDOSO, F. H. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1964.

CARDOSO, W. **Os perigosos maniqueísmos da esquerda.** Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/artigos/os-perigosos-maniqueismos-da-esquerda-por-wilton-cardoso/>>. Acesso em: 12 maio 2020.

CARVALHO, C. E. **Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo.** Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1574>. Acesso em: 1 maio 2020.

CONVERSA AFIADA. **Editor do Valor Econômico admite culpa das elites por eleição de Bolsonaro.** Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/economia/editor-do-valor-economico-admite-culpa-das-elites-por-eleicao-de-bolsonaro>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

DAHER, R. **Os muito burros que me perdoem, mas inteligência é fundamental.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-muito-burros-que-me-perdoem-mas-inteligencia-e-fundamental/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DIERCKXSENS, W. *et al.* **Século XXI: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história?** Goiânia: CEPEC, 2010.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FIORI, J. L. Para um diagnóstico da modernização brasileira. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 269-289.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACHADO, G. V. **A burguesia brasileira e a incorporação da agenda liberal nos anos 90.** Campinas: Unicamp, 2002 (Dissertação de Mestrado).

MARX, K. [1890]. **O Capital: crítica da economia política.** Volume IV, 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.

NEVES, J. A. **Brasil: o país do futuro, despótico?** Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/brasil-o-pais-do-futuro-distopico-por-jorge-alexandre-neves/>>. Acesso em: 12 maio 2020.

RESENDE, A. L. **O equívoco dos juros altos.** Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/andre-lara-resende-o-equivoco-dos-juros-altos.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Estação Brasil. 2019.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.